

WORLD RAINFOREST MOVEMENT



Boletim No 211. Fevereiro 2015 - [Ver versão online](#)



Share



Tweet



Forward

Assine o Boletim mensal do WRM

O boletim busca apoiar e contribuir com as lutas dos povos para defender seus territórios e florestas.

A assinatura é totalmente gratuita.

NOSSA OPINIÃO



[Aprendizagens do movimento Chipko na Índia: uma luta pelo feminismo e pela ecologia](#)

O 8 de março não é apenas um dia para celebrar e dar visibilidade às lutas das mulheres; também é um dia para relembrar de processos de luta e organização das mulheres que representam uma inspiração importante para todas as demais lutas de hoje. Um exemplo é o movimento de mulheres Chipko, da Índia, e sua importante luta, cerca de 40 anos atrás, pela conservação da floresta e contra as monoculturas de árvores na região do Himalaia, nas províncias de Garhwal e Kumaon. A luta corajosa dessas mulheres Indianas continua extremamente atual.

MULHERES EM LUTA:
EM DEFESA DOS TERRITÓRIOS E DA VIDA



Mulheres indígenas, suas lutas de resistência e a defesa da vida

Ao longo da história, as mulheres indígenas foram uma parte importante das lutas de seus povos e comunidades, embora, muitas vezes, sua contribuição tenha sido invisibilizada pela história oficial dominante. Mulheres indígenas mapuches destacaram-se por sua valentia frente aos colonizadores espanhóis. Hoje em dia, no Chile, mulheres camponesas e indígenas continuam lutando e enfrentando diversos problemas, como a grave seca que afeta poços e estuários ou a desapareção de plantas medicinais. Essas situações, em sua maioria, foram provocadas por empresas florestais e suas plantações industriais de eucalipto e pinos.



Comercializando direitos comunitários no Gabão: A Lei de “Desenvolvimento Sustentável”

O governo do Gabão adotou uma nova Lei de “Desenvolvimento Sustentável” em agosto de 2014. É a primeira a introduzir créditos não só para carbono ou biodiversidade (1), mas também para o “capital comunitário”, definido como a “soma dos recursos naturais e culturais que pertencem a uma comunidade”. Sem mais explicações, o “capital comunitário” poderia incluir coisas como terras comunitárias, cultivos, recursos hídricos, cultura ou educação. Nesse contexto, as mulheres tendem a ser as mais afetadas, já que, na maioria das vezes, são cuidadoras, educadoras, fazem remédios e plantam os alimentos dentro das comunidades.



Josefina e o Olho D’água contra as plantações nos páramos do Equador

Há 20 anos, uma empresa holandesa pagou várias comunidades para instalar uma plantação de pinos nas montanhas altas do Equador e “absorver” dióxido de carbono que “compensaria” as emissões geradas por uma usina termoeletrica construída na Holanda. Em 2001, a comunidade de Mojandita de Avelino Ávila assinou um acordo com a empresa equatoriana Profafor, subsidiária do consórcio holandês FACE. O projeto alterou o uso da terra que estava destinado a atividades de pastagem e agricultura, e destruiu importantes fontes de água e espaços sagrados.



Peru: Defensoras das lagoas, tecelãs do Bem Viver

Já tem mais de três anos a resistência popular diante do megaprojeto Minas Conga, na região andina de Cajamarca, no Peru. A política do atual governo de criminalizar e perseguir os líderes e as líderes não

cessa, nem a violência por parte da empresa contra os moradores que se negam a dar suas terras, como ensina o emblemático caso de Máxima Acuña e sua família. No ano de 2012, foram organizadas as rondas camponesas para vigiar as lagoas, acampando sobre uma das montanhas que as rodeavam. Uma das organizações que aglutina e organiza o acionar das guardiãs é a “Central de Rondas Femininas de Bambamarca”. Assim, constituiu-se o que hoje se conhece como “guardiãs das lagoas”, um movimento de esperança.



Amazonas africanas lutam contra a destruição das florestas

Há algumas décadas, a gestão sustentável dos recursos naturais e a conservação da diversidade biológica se tornaram uma grande preocupação em todos os níveis. No continente africano, os perigos para as florestas aumentam descontroladamente com a penetração e a expansão das multinacionais, que contam com a cumplicidade dos governantes. No entanto, a isso se opõem a determinação e o empenho dos membros das comunidades e, principalmente das mulheres que, como as Amazonas do Rei Béhanzin (no século XIX), cada vez mais se erguem para formar uma barreira e, mais do que isso, se opõem à destruição dos ecossistemas, principalmente das florestas.



Salvaguardando os investimentos: sobre salvaguardas de REDD+, mulheres e povos indígenas

Salvaguardar é um termo cujo significado depende de quem usa e do contexto. Pode resultar em uma ação positiva em termos de direitos ou do meio ambiente, ou simplesmente em uma mera retórica para não perder investimentos e lucros. Hoje em dia, fala-se muito em todo o mundo sobre as salvaguardas para a implementação do chamado REDD+ ou “Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação ambiental, conservação, gestão florestal sustentável e aumento de reservas florestais de carbono”.

POVOS EM AÇÃO



Dia Internacional da Mulher: Até que todas sejamos livres!



Mulheres em Luta por Soberania Alimentar e contra a violência e o agronegócio!



[Uma avó enfrentando empresas de mineração e a exploração de madeira nas Ilhas Salomão](#)



[A história de Máxima, uma camponesa que enfrenta uma poderosa mina no Peru](#)



[Feminicídio e impunidade: uma crise humanitária na América Central e um problema cada vez maior em todo o mundo](#)



[Em Defesa da Vida na Amazônia, da Humanidade e do Planeta](#)

RECOMENDADOS



[As mulheres falam: histórias da linha de frente sobre justiça climática](#)



[Vozes ouvidas no segundo congresso da Associação Nacional de Mulheres Rurais e Indígenas do Chile \(ANAMURI\)](#)



[As lutas pelo território e a boa vida na Colômbia: Mulheres Negras em Resistência](#)



[Vídeo da Rádio Mundo Real: “Financeirização da Natureza”](#)

NOSSA OPINIÃO



Aprendizagens do movimento Chipko na Índia: uma luta pelo feminismo e pela ecologia

O 8 de março não é apenas um dia para celebrar e dar visibilidade às lutas das mulheres; também é um dia para lembrar de processos de luta e organização das mulheres que representam uma inspiração importante para todas as demais lutas de hoje. Um exemplo é o movimento de mulheres Chipko, da Índia, e sua importante luta, cerca de 40 anos atrás, pela conservação da floresta e contra as monoculturas de árvores na região do Himalaia, nas províncias de Garhwal e Kumaon. A luta corajosa dessas mulheres Indianas continua extremamente atual.

O movimento Chipko se inspirou numa luta que ocorreu na Índia há mais de 300 anos e que tinha uma mulher como liderança. Na época, integrantes das comunidades Bishnoi e Rajasthan sacrificaram suas vidas ao tentar salvar as árvores sagradas khejri, abraçando-as. Na década de 1970, o movimento Chipko, um movimento de base e, sobretudo, composto de mulheres, começou a realizar ações de resistência parecidas, abraçando árvores para resistir às ações de grupos madeireiros, movidas, entre outros fatores, por um poema escrito naquela época, que dizia: “Abraça as nossas árvores, salva-as de serem derrubadas. O domínio de nossas montanhas, salva-o da depredação”. A primeira ação do movimento Chipko ocorreu em 1973, quando moradores da comunidade Mandal, tocando tambores, entraram na floresta para salvar 300 árvores de freixo que iam ser derrubadas por uma empresa. Os motosserristas, ao ver a comunidade organizada e determinada abraçando as árvores, acabaram desistindo de derrubá-las. Muitas outras ações vitoriosas vieram depois.

Essa experiência de luta admirável – sem querer mistificá-la – contém elementos de aprendizagem e inspiração fortes e valiosos para lembrar e compartilhar. Por exemplo, no processo que antecipou as ações firmes das mulheres, elas se debruçaram e identificaram claramente as causas de desmatamento nos seus territórios: o desmatamento ininterrupto e o plantio da monocultura de pinus, ambas atividades que visavam sobretudo o lucro. Elas analisaram que essas atividades destrutivas levavam a inundações e erosão, afetando diretamente atividades econômicas tradicionais, como a agricultura e a criação de gado. No caso da região de Garhwal, analisaram que o desaparecimento de árvores nativas, em especial o banj, contribuía decisivamente para a deterioração ecológica da região. Substituir os banj pela monocultura de pinus piorava ainda mais a estabilidade ecológica da região.

Esse desequilíbrio ecológico afetava sobretudo as mulheres, já que elas realizam 98% das atividades agrícolas e pecuárias, uma realidade bastante comum em todo o mundo. Num contexto de aumento das serrarias e da exploração das florestas, o movimento Chipko se deu conta de que a conservação das florestas era essencial para continuar mantendo as atividades econômicas das quais eles dependiam. Conforme disse uma liderança: “Mas hoje eu vejo com clareza que estabelecer serrarias nas montanhas é uma forma de aderir ao projeto para destruir a Mãe Terra. As serrarias têm um apetite infinito por árvores e arrasam as florestas para satisfazê-lo”. Podemos constatar que, hoje em dia, 40 anos depois, mesmo sendo chamada de “manejo florestal sustentável”, a extração de madeira por empresas madeireiras, rendendo a elas lucros consideráveis, continua arrasando as últimas regiões de florestas com madeiras nobres no mundo. Essas empresas nunca terão seu “apetite” satisfeito.

O movimento também mostrou ser uma luta entre dois campos opostos, o que também continua extremamente atual: por um lado, uma ética defendida pelas mulheres do movimento Chipko, em especial, a de compartilhar, produzir e preservar a vida. Quando se referem à natureza, elas falam da “mãe terra”, o que representa um sentimento de pertencer ao território, à floresta, à natureza, significa ter cuidado com ela, não destruí-la. Já o outro campo, “preso” à visão ocidental que separa o ser humano da natureza, defende o domínio e a exploração da natureza. Esse campo defende o “desenvolvimento” que criou a economia do dinheiro, mas também a miséria e vícios como o alcoolismo. Vale lembrar que, antes de começarem a luta pelas florestas, as mulheres do movimento Chipko já tinham iniciado uma luta contra o álcool que afetava a vida e saúde dos seus maridos, sobretudo aqueles que trabalhavam no desmatamento, e conseqüentemente, também afetava a elas e suas famílias.

Por fim, o movimento mostrou a importância do feminismo como componente na luta pela conservação das florestas, na luta pela ecologia. Isso era muito importante naquele momento porque, enquanto defendiam as árvores, as mulheres às vezes enfrentaram seus próprios maridos, que costumavam trabalhar na atividade de derrubá-las. A história conta que, uma vez, um grupo de mulheres do movimento Chipko chegou a entrar em confronto com seus próprios maridos quando estes queriam realizar um desmatamento. Um dos homens disse: “Que bobas vocês são! Como vocês, que estão impedindo a derrubada das árvores, vão saber o valor das florestas? Vocês sabem o que as florestas oferecem? Elas produzem lucros, resina e madeira”. A resposta das mulheres, cantada por todas, foi: “O que as florestas oferecem? Oferecem água, terra e ar puro. Oferecem água, terra e ar puro. Sustentam a terra e tudo que ela dá.

A experiência do Movimento Chipko mostra que a libertação das mulheres não apenas tem que se dar em relação à opressão nas sociedades patriarcais que dominam o mundo, mas também tem que incluir a libertação de todos os homens e mulheres “colonizados” pela lógica econômica da dominação e da exploração ilimitada e irracional do capital sobre a natureza.

Fonte: Vandana Shiva. Abrazar la Vida: mujer, ecología y supervivencia. Red del Tercer Mundo, publicado em espanhol em 1991

MULHERES EM LUTA: EM DEFESA DOS TERRITÓRIOS E DA VIDA



Mulheres indígenas, suas lutas de resistência e a defesa da vida

Ao longo da história, as mulheres indígenas foram uma parte importante das lutas de seus povos e comunidades, embora, muitas vezes, sua contribuição tenha sido invisibilizada pela história oficial dominante.

Mulheres indígenas mapuches, como Fresia, Guacolda ou Janequeo, destacaram-se por sua valentia frente aos colonizadores espanhóis e inspiraram cronistas como Alonso de Ercilla e Zuñiga, na obra épica de finais do século XIV, chamada “La Araucana”, que reivindica a luta indígena em seu relato da guerra entre espanhóis e mapuches.

Hoje em dia, no Chile, mulheres camponesas e indígenas continuam lutando e enfrentando diversos problemas, como a grave seca que afeta poços e estuários ou a desapareção de plantas medicinais. Esta última ameaça o papel que exercem as machis, ou médicas mapuches. Essas situações, em sua maioria, foram provocadas por empresas florestais e suas plantações industriais de eucalipto e pínus. O Estado chileno, por sua vez, potencializou a ação dessas empresas com a entrega de subsídios através do decreto 701, que se encontra ainda vigente.

A estas problemáticas, soma-se a escassez de terras para viver, o empobrecimento das comunidades, a migração dos jovens e mulheres às grandes cidades e a migração temporária ao centro-sul do país na condição de assalariados agrícolas de empresas transnacionais. Ali, têm que expor seus corpos a pesticidas e sofrer com péssimas condições de trabalho. Não obstante, o país se orgulha de exportar os melhores vinhos e frutas a mercados europeus, mas não promove políticas públicas que protejam e freiem a exploração de mulheres camponesas e indígenas.

Frente a esse cenário, as mulheres camponesas e indígenas organizadas têm levantado suas vozes em diversas Assembleias e Encontros, e exigem uma nova sociedade sem capitalismo, livre da opressão e do machismo. Defendem uma nova sociedade mais equitativa, respeitosa em relação às diversidades de todo tipo e em plena harmonia com a mãe natureza.

O surgimento de organizações indígenas e de mulheres no Chile, assim como em muitos outros países da região, acontece na década de 90, em um contexto de retorno dos governos pós-ditatoriais e depois da implantação de políticas neoliberais que privatizaram a maioria dos recursos naturais e que continuam com o apoio dos atuais governos.

No caso do Chile, as organizações de mulheres indígenas foram promovidas inicialmente pelo Estado, através da lei Indígena 19.253, promulgada em 1993. Várias foram as razões para seu

surgimento, como o acesso a recursos do Estado, a falta de espaços em organizações mistas e a abordagem de temáticas específicas, como saúde sexual e reprodutiva e violência intrafamiliar.

Além disso, e como forma de dar visibilidade a suas demandas, elas consideraram necessário estabelecer alianças com outras organizações do mundo rural. É assim que surge, em 1998, a Associação Nacional de Mulheres Rurais e Indígenas, ANAMURI, que faz parte de redes como a Coordenadora Latino-Americana de Organizações do Campo, CLOC, e a Via Campesina, em nível mundial. A partir desses espaços, as mulheres indígenas criticam as atuais políticas estatais e seus programas de desenvolvimento, e enfrentam com força o atual sistema econômico neoliberal que as exclui, marginaliza e tenta homogeneizar em uma identidade única.

Um dos debates que acontece nas organizações de base diz respeito à proposta sobre “Feminismo camponês e popular”, que surge na 4ª Assembleia de mulheres e no marco do 5º Congresso da CLOC, realizado em outubro de 2010, em Quito, Equador.

Vale dizer que, em muitas ocasiões, alguns conceitos são assumidos sem que se faça uma análise melhor sobre os significados que possuem. Essa situação levou a que mulheres indígenas que fazem parte de ANAMURI realizassem uma assembleia em 2013, na qual debateram aqueles conceitos que consideram estranhos a si e que devem ser debatidos com maior profundidade. Para muitas dirigentes, a palavra feminismo as violenta. Embora reconheçam a contribuição dos diversos feminismos, resistem a ser catalogadas como feministas indígenas. Sua proposta aponta à busca do equilíbrio e da complementaridade entre homens e mulheres, entre idosos e jovens, e do equilíbrio com a natureza, elementos constitutivos da cosmovisão.

As mulheres mapuches vêm resistindo desde sempre à coroa espanhola, e depois, aos Estados nacionais que tentaram folclorizar e mercantilizar seus costumes e tradições. Ao mesmo tempo, consideram que, em tempos de capitalismo e globalização, um ponto fundamental é a articulação das lutas de camponesas e camponeses e dos povos originários. E, junto a isso, a busca de alianças com setores discriminados do mundo urbano.

Finalmente, as mulheres indígenas seguirão defendendo suas culturas, suas tradições e os direitos de seus povos, fortalecendo a espiritualidade para um bem viver em harmonia com a natureza. Seguirão resistindo junto a outros movimentos sociais e levantando suas vozes diante do capitalismo, com a esperança de que nada esteja escrito em pedra e de que tudo possa mudar.

Millaray Painemal Morais, Sócia fundadora da ANAMURI

Email: koiqueche@yahoo.es



Comercializando direitos comunitários no Gabão: A Lei de “Desenvolvimento Sustentável”

O governo do Gabão adotou uma nova Lei de “Desenvolvimento Sustentável” em agosto de 2014. É a primeira a introduzir créditos não só para carbono ou biodiversidade (1), mas também para o “capital comunitário”, definido como a “soma dos recursos naturais e culturais que pertencem a uma comunidade”. Sem mais explicações, o “capital comunitário” poderia incluir coisas como terras comunitárias, cultivos, recursos hídricos, cultura ou educação. Nesse contexto, as mulheres tendem a ser as mais afetadas, já que, na maioria das vezes, são cuidadoras, educadoras, fazem remédios e plantam os alimentos dentro das comunidades.

A nova lei estabelece que as empresas, no Gabão, podem compensar a destruição que geram sobre as florestas ou territórios tradicionais comprando “créditos de desenvolvimento sustentável”. Esses créditos são divididos em quatro tipos diferentes: créditos de carbono, créditos de biodiversidade, créditos de ecossistemas e capital da comunidade. O sistema de comercialização parece permitir que todos os tipos de crédito sejam totalmente intercambiáveis, ou seja, pode ser possível negociar “capital comunitário” por outros componentes do “desenvolvimento sustentável”. Porém, a lei é pouco clara e está aberta à interpretação. Na prática, isso poderia significar tirar a terra de uma comunidade em uma província, para plantações industriais de árvores, em troca da construção de uma escola para uma comunidade em outra província. A lei parece estar em contradição com os direitos das comunidades locais, afetando particularmente as populações e mulheres indígenas. Empresas destrutivas, como a OLAM, que possui extensas áreas de plantações de dendê no Gabão, tendem a se beneficiar o máximo dessa política.

O que a nova Lei implica?

De acordo com uma análise feita pela plataforma Gabon Ma Terre Mon Droit (GMTMD), o principal objetivo da Lei é estabelecer um mercado no qual as empresas possam usar “projetos de desenvolvimento sustentável” para compensar seus impactos negativos sobre o meio ambiente e as comunidades locais, negociando o que a lei chama de “créditos de desenvolvimento sustentável” (2).

As zonas elegíveis para geração, compra e venda desses créditos de desenvolvimento sustentável são chamadas de “concessões de desenvolvimento sustentável”. A Lei não fornece mais informações sobre a identidade ou a função dessas concessões. Elas devem incluir ou se sobrepor às concessões para

exploração dos “recursos naturais” (florestas, agricultura, mineração, áreas protegidas, etc.) ou à terra disponível para uso pelas comunidades? As concessões reduzirão ainda mais essa terra disponível para as comunidades? Essas concessões geram “créditos de desenvolvimento sustentável”, que vêm da criação, da melhoria ou da manutenção de “ativos de desenvolvimento sustentável” relacionados a uma “atividade de desenvolvimento sustentável”. Assim, um desses créditos pode ser gerado, por exemplo, pela manutenção de uma área de alta biodiversidade ou criando-se um certo número de postos de trabalho.

Esta lógica de compensação ambientalmente destrutiva e socialmente injusta está sendo promovida em escala global por um consórcio de empresas transnacionais apoiadas pelos países industrializados, que continuam a depender de acesso cada vez maior e ilimitado a “recursos naturais”. Também é endossada por organismos internacionais como o Banco Mundial, bancos privados e grandes ONGs conservacionistas. Quem promove a ideia da compensação sustenta que ela é o “melhor” caminho para conservar a natureza, desconsiderando políticas e práticas de conservação da floresta muito mais eficazes (3). As populações que dependem da floresta, e as mulheres em particular, são duplamente afetadas por esse mecanismo: por um lado, as comunidades que vivem dentro da área de uma plantação industrial e/ou outro projeto de compensação perdem sua floresta e seu território. Na outra ponta da transação, as comunidades que vivem no local escolhido para “compensar” o dano da plantação industrial também serão afetadas negativamente, perdendo o acesso a seu território florestal e/ou enfrentando graves restrições à forma como podem usá-lo.

Mulheres no Gabão e os impactos da lei

As florestas tropicais cobrem 85% da área de terra no Gabão, e cerca de 300.000 pessoas dependem delas para sobreviver por meio de caça, coleta, pesca e agricultura familiar. Em fevereiro de 2015, representantes de organizações da sociedade civil do país expressaram preocupações com a persistente discriminação de gênero presente em leis e práticas, violência de gênero e falta de acesso das mulheres à justiça (4). As mulheres no Gabão realizam 95% do trabalho agrícola, e ainda havia barreiras jurídicas persistentes à aplicação de seus direitos iguais à terra e à propriedade. O Código Civil definia que o marido era o chefe da família e havia disposições discriminatórias no direito doméstico, especificamente sobre herança.

A expansão de grandes plantações, como as da OLAM, agravará ainda mais a insegurança alimentar já enfrentada pela população em geral como resultado da perda de terras, e do desmatamento e do esgotamento de fontes de água. Um morador de Doubou, na região de Mouila, disse a um estudo sobre os impactos de plantações agroindustriais de dendê e seringueiras sobre as populações locais no Gabão: “Esta floresta nos permite sobreviver e nós não queremos compartilhá-la. Se não pudermos plantar comida, pescar ou caçar, como vamos sobreviver?” (5). Além disso, os problemas de saúde aumentam devido ao uso intenso de agrotóxicos nas plantações. As consequências recaem principalmente sobre as mulheres, aumentando sua exploração e sua pobreza.

A nova Lei de “Desenvolvimento Sustentável” é muito vaga e aberta à interpretação. É difícil de entender e introduz novos conceitos sem dar explicações completas sobre definições e implicações fundamentais. Mais importante, não se mencionam os direitos das comunidades locais e indígenas. Em relação às mulheres, a Lei apenas faz uma referência à importância de sua participação, dentro dos “Princípios da estratégia Nacional para Implementar a Lei” (6), sem uma análise adequada das implicações que ela terá, principalmente para as mulheres.

Outro problema crucial decorrente do chamado “capital comunitário” descrito na lei está relacionado à propriedade. Como pergunta a Plataforma GMTMD: “Quem é dono?” As definições vagas sugerem que o “capital comunitário” pertence à comunidade. No entanto, o uso da palavra “capital” sugere a imersão do que é considerado comunitário em uma lógica de mercado cujo objetivo principal é o lucro e não os direitos. Além disso, tratar o “capital comunitário” como um tipo de “crédito de desenvolvimento sustentável” e como parte do “patrimônio do desenvolvimento sustentável” do Gabão, que está inscrito em um registro nacional, sugere que o “capital comunitário” seria administrado pelo Estado, e não pelas próprias comunidades.

Também muito preocupante é a proposta aparente de fazer com que os “créditos de desenvolvimento sustentável” sejam intercambiáveis em todo o território. Isso significaria que uma empresa pode assumir e degradar as terras tradicionais de uma comunidade e “compensar” essa ação comprando créditos, ou produzindo esses créditos ao construir uma escola para outra comunidade a 300 quilômetros dali? Se o “capital comunitário” for negociado por outros créditos, isso poderá implicar que as decisões sobre o “valor” de direitos, terras e recursos de uma comunidade para o registro nacional será apropriado pelos lobbies governamentais e corporativos segundo interesses econômicos, prejudicando os direitos das comunidades. Não se sabe ao certo se a possibilidade de intercambiar créditos geograficamente se refere a regiões de um mesmo país ou de diferentes países. A “compensação” da degradação florestal no Gabão poderia ser feita com um projeto em Camarões, por exemplo?

Considerações finais

O governo do Gabão está esperando para gerar demanda para os “créditos de desenvolvimento sustentável” através dos relatórios de “avaliação de impacto da sustentabilidade” que as empresas precisam fazer ao solicitar a aprovação de um projeto (como uma mina, uma plantação ou qualquer atividade de “desenvolvimento sustentável”). Os relatórios avaliarão a quantidade de créditos considerados necessários para “compensar” os impactos sociais (sobre as comunidades) e os impactos ambientais da atividade industrial (sobre ecossistemas, estoques de carbono e biodiversidade). Segundo o governo, a “pegada de carbono” será uma das principais ferramentas para a aplicação da Lei, com vistas a ajudar empresas e instituições “em seu processo de tomada de decisões rumo a uma economia de baixo carbono”. Para isso, o governo está acompanhando empresas-piloto no cálculo de sua poluição de carbono. Entre elas, estão grandes varejistas, como Casino Mbolo e Cecado, minas, como COMILOG, empresas petrolíferas, como Total Gabão, Shell Gabão, Perenco, madeireiras, como Rougier e SNBG, e empresas de agronegócio, como OLAM e SIAT (7).

Esta abordagem afetará duplamente às comunidades: além do dano social e ambiental causado por empresas destrutivas, elas terão de enfrentar o impacto negativo causado pelo projeto de “compensação” – em especial onde esse tipo de “desenvolvimento sustentável” envolver a substituição de territórios e florestas por grandes monoculturas. A raiz do problema da destruição se oculta vendendo a ideia de que se poderia contabilizar todo esse dano, empacotá-lo em unidades separadas, e categorizar e intercambiar os danos. As chamadas políticas “sustentáveis”, que intensificam ainda mais o excesso de consumo e o excesso de produção, mantêm e expandem um sistema político e econômico opressivo e patriarcal. Elas agravam a poluição e a expropriação da terra, a violência e a opressão, principalmente para povos indígenas e mulheres. E como fica a autonomia das comunidades para decidir sobre suas próprias terras, práticas e vidas?

(1) Para ver mais informações sobre compensações de carbono e de biodiversidade, consulte: “El Mercado de Carbono: cómo funciona y por qué fracasa”, Carbon Trade Watch, <http://www.carbontradewatch.org/publications/el-mercado-de-emisiones-como-funciona-y-por-que-fracasa.html> e, “Árbol por Pez: La (i)lógica de vender compensaciones por pérdida de biodiversidad”, Carbon Trade Watch, http://www.carbontradewatch.org/downloads/publications/CTW_A_Tree_for_a_Fish-ES.pdf

(2) Plateforme GABÃO Ma Terre, Mon Droit, Documento de Posicionamento da Sociedade Civil gabonesa sobre a Lei nº 002/2014, acerca do rumo do desenvolvimento sustentável na República do Gabão, 24 de Janeiro de 2015.

(3) <http://wrm.org.uy/actions-and-campaigns/letter-to-be-sent-to-the-president-of-gabon-to-express-opposition-to-the-creation-of-a-national-and-international-ecosystems-services-market/>

(4) [http://www.unog.ch/80256EDD006B9C2E/\(httpNewsByYear_en\)/FF512252F17C44E6C1257DEE0058B51D?OpenDocument](http://www.unog.ch/80256EDD006B9C2E/(httpNewsByYear_en)/FF512252F17C44E6C1257DEE0058B51D?OpenDocument)

(5) <http://wrm.org.uy/articles-from-the-wrm-bulletin/section3/gabon-new-study-warns-of-impacts-of-the-expansion-of-oil-palm-and-rubber-tree-plantations/>

(6) Presidence de la Republique, Lei n. 002/2014 para o Desenvolvimento Sustentável na República



Josefina e o Olho D'água contra as plantações nos páramos do Equador

Há 20 anos, uma empresa holandesa pagou várias comunidades para instalar uma plantação de pinus nas montanhas altas do Equador e “absorver” dióxido de carbono que “compensaria” as emissões geradas por uma usina termoeletrica construída na Holanda. Em 2001, a comunidade de Mojandita de Avelino Ávila assinou um acordo com a empresa equatoriana Profafor, subsidiária do consórcio holandês FACE. O projeto alterou o uso da terra que estava destinado a atividades de pastagem e agricultura, e destruiu importantes fontes de água e espaços sagrados.

Josefina Lema vive na comunidade de Mojandita de Avelino Ávila, na serra norte do Equador. Ela pertence ao povo Otavalo, da nacionalidade quéchua, e sua comunidade tem mais ou menos 200 habitantes. Há 20 anos, chegaram à sua terra pessoas oferecendo dinheiro para fazer plantações de pinus nos páramos, um ecossistema único das montanhas altas dos Andes. Prometeram emprego, renda e lucros que jamais vieram. Pelo contrário, não só a comunidade perdeu dinheiro, como os impactos sociais e ambientais resultantes das plantações de pinus perduram até hoje.

A comunidade de Josefina não é a única. Pelo menos 20.000 hectares de plantações estavam nos planos da empresa holandesa-equatoriana FACE-Profafor para o Equador. Segundo o diretor administrativo da empresa, uma proporção significativa de terras (8.000 hectares) foi contratada de 39 comunidades indígenas locais, na serra equatoriana, por meio de contratos. Um morador da comunidade de SigSig – uma das supostas beneficiárias da FACE-Profafor, contou como sua comunidade acabou assinando a autorização para instalar as plantações em suas terras, em troca da promessa de muito dinheiro:

“... Chega um estrangeiro... dizendo que souberam que a comuna tinha uns páramos extensos e que queriam fazer uma plantação... Nos emocionou saber que viriam nem sei quantos milhares de dólares... sabe como é, às vezes, nós, as pessoas no campo, não sabemos, caímos ingenuamente... Em uma assembleia, veio um engenheiro e disse que estava colocando milhares de dólares aqui na comuna, e que teríamos dinheiro para semear plantas... .. Teríamos fontes de trabalhos depois, até o final colheita, e ganharíamos nem sei quanto dinheiro, e nós aceitamos. O governo local assinou ...“(1)

A Fundação holandesa Forest Absorbing Carbon Dioxide Emissions – FACE (Floresta Absorvendo Emissões de Dióxido de Carbono) foi criada em 1990 pelo Diretório de Empresas Holandesas Geradoras de Eletricidade, N. V. Sep. A FACE planejava plantar cerca de 150.000 hectares de árvores em todo o mundo para “absorver grandes quantidades de dióxido de carbono”. Com o lema “mais floresta, menos dióxido de carbono”, a empresa alimenta o falso pressuposto que equipara plantações florestais a florestas (2). A Profafor é uma empresa equatoriana de prestação de serviços

cujas finalidades são apoiar o estabelecimento e o manejo de plantações florestais para capturar o dióxido de carbono da atmosfera. Além disso, a Profafor tem projetos relacionados a outros “serviços ambientais”, entre os quais estão recentemente projetos do tipo REDD+.

Em 1994, foram oferecidos à comunidade de Josefina 21.450 dólares para plantar pinus em 130 hectares de páramos. Desse dinheiro, foram descontadas várias despesas operacionais e entregues apenas 11.700 dólares. Uma das cláusulas do contrato que eles assinaram com a empresa dizia que, se houvesse disputas contratuais ou descumprimento, a comunidade indígena teria que pagar 35.100 dólares à empresa holandesa-equatoriana, ou seja, muito mais do que o que a comunidade recebeu da empresa.

Com este acordo, a FACE-Profafor retém 100% dos Créditos de Carbono gerados pelos pinus. Inicialmente, esses créditos buscavam “compensar” as emissões de uma nova termoelétrica a carvão, de 600 MW de potência a ser construída na Holanda, que continuaria emitindo dióxido de carbono à atmosfera durante os seus 25 anos de vida. A usina não foi construída, mas a FACE continuou investindo em projetos de compensação e vendendo os créditos de carbono a outras empresas e indivíduos (3). Enquanto a FACE-Profafor fica com os créditos, a comunidade de Mojandita é que deve assumir as obrigações decorrentes da manutenção e dos impactos ambientais da plantação da empresa. Diante disso, Josefina explica:

“A empresa FACE-Profafor é um novo patrão. Eles têm usando a nossa força de trabalho. Tínhamos que continuar trabalhando de graça como contrapartida. Fazer contrafogo, desbaste, poda, sem ganhar dinheiro” (4)

A FACE-Profafor também se beneficiou da terra da comunidade, apropriando-se do trabalho dos membros da comuna e da Minga (5), dispôs do dinheiro das pessoas e da comunidade, pois foi necessário colocar dinheiro do governo local para comprar suprimentos e contratar técnicos. Além disso, tinham que arrendar terras para que seus animais pastassem. A plantação secou muitas fontes de água e arrasou os nutrientes do solo, acabou com grandes extensões do páramo e lhes roubou energia e espaços sagrados ao acabar com olhos d’água.

“Na minha comunidade, percebemos que as plantações de pinus eram venenosas contra as nossas plantas nativas. Estavam envenenando a palha, que é como um colchão d’água. E os pinus estavam secando os olhos d’água (6)” [...] “Por isso, cerca de oito anos atrás, a Pachamama não quis mais que houvesse plantações de pinus e cerca de 70 hectares se queimaram. Depois de um tempo, houve outro incêndio e queimou o resto. Agora vemos que os olhos d’água estão voltando” (7).

Embora a Pachamama tenha sido sabiamente responsável pelo fim da plantação, a Profafor quis processar a comunidade, mas a ação não avançou. Há poucos dias, a comunidade de Mojandita enviou uma carta à empresa dando por encerrado o contrato. A luta das mulheres dessa comunidade, lideradas por Josefina Lema, para defender o páramo, é um exemplo a ser seguido (8).

“Se não fosse pela água e pelo páramo
Não haveria vida em nosso planeta e em nosso país
Fala-se em Deus, mas não o vemos,
Nós vemos nossa Pachamama, nossa natureza (9)

Ivonne Yanez, Acción Ecológica, Equador
Email: ivonne@accionecologica.org

(1) Testemunho da comunidade de SigSig, uma das “beneficiárias da FACE-Profafor”.

(2) Riofrancos, T (2015), Pines on the Páramo: The Disastrous Local Effects of the Carbon Market, NACLA, <https://nacla.org/news/pines-páramo-disastrous-local-effects-carbon-market>

(3) ACCIÓN ECOLÓGICA/WRM. 2005. Sumideros de carbono en los Andes ecuatorianos. Los impactos de las plantaciones forestales del proyecto holandés FACE-PROFAFOR sobre comunidades indígenas y campesinas.

(4) Josefina fala no vídeo da Acción Ecológica. A Pachamama não se vende. <http://www.accionecologica.org/servicios-ambientes/multimedia/1503-video-la-pachamama-no-se-vende>

(5) Minga: denominam-se assim os trabalhos comunitários nos quais a comunidade reunida realiza alguma tarefa de benefício comum, em sistema de mutirão.

(6) Os olhos d’água, pukyu para os indígenas quéchua, são sagrados e estão carregados de energia.

(7) Comunicação pessoal com Josefina Lema, 2013.

(8) Para saber mais sobre os impactos das plantações sobre as mulheres, veja: Bonilla, N. Ramos. I. Acción Ecológica. Mujeres, comunidades y plantaciones en Ecuador. 2008. Testimonios sobre un modelo forestal social y ambientalmente destructivo. <http://www.accionecologica.org/bosques-y-plantaciones/monocultivos/publicaciones>

(9) Josefina Lema.



Peru: Defensoras das lagoas, tecelãs do Bem Viver

Conga: lagoas versus minas

“Eu não conhecia as lagoas até que começaram as marchas e tivemos que vir para defendê-las. Nossos avós diziam que estas zonas [referindo-se às lagoas de Celendín] eram sagradas, que ninguém podia simplesmente entrar nelas, havia cultos e os médicos tradicionais vinham aqui coletar remédios. Os avós chamavam este lugar de Conga”, comenta uma jovem ronda [vigia camponesa] de Cajamarca, ao ver as lagoas.

Já tem mais de três anos a resistência popular diante do megaprojeto Minas Conga, na região andina de Cajamarca, no Peru. O projeto é de propriedade da mineradora peruana Yanacocha, associada à Companhia de Minas Buenaventura, à empresa estadunidense Newmont Mining Corporation e à Corporação Financeira Internacional (IFC) do Banco Mundial. A Yanacocha vem operando há mais de 20 anos em Cajamarca e tem várias denúncias contra si por crimes ecológicos, como o vazamento de mercúrio na província de Choropampa, em 2011. A Minas Conga, uma extensão da Yanacocha, abarcaria extensos territórios das províncias de Bambamarca, Celendín e Cajamarca, zona de bacias hidrográficas com brejos, pântanos, zonas úmidas e lagoas onde nascem os rios mais importantes da região. Essa área está formalmente protegida pela Lei Geral do Meio Ambiente e pela Lei de Recursos Hídricos, por ser considerada um ecossistema frágil.

Em 2012, os moradores afetados realizaram uma grande marcha em defesa da água e da vida que, como um grande rio, percorreu várias regiões do país até chegar à capital, Lima, trazendo consigo demandas atuais por justiça – não apenas sociais, mas também ecológicas. Novos rostos, novas vozes e propostas de mudanças baseadas no potencial agropecuário da região e na defesa da biodiversidade e da água, do território e da organização comunal. Meses depois, iniciou-se um intenso conflito que deixou cinco camponeses assassinados e dezenas de feridos como produto da repressão policial. Desde então, a política do atual governo, de criminalizar e perseguir os líderes e as líderes não cessa, nem a violência por parte da empresa contra os moradores que se negam a dar suas terras, como ensina o emblemático caso de Máxima Acuña e sua família.

No final de 2012, foram organizadas as rondas camponesas – um sistema de auto-organização dos camponeses para resguardar suas terras e a ordem comunitária – para vigiar as lagoas, acampando sobre uma das montanhas que as rodeavam. Assim, constituiu-se o que hoje se conhece como “guardiães das lagoas”, um movimento de esperança.

Guardiães da água e da vida

Uma parte grande das comunidades afetadas pela mineradora se organizou para cuidar das lagoas como símbolo da água, e da água como símbolo de vida e da luta atual contra o extrativismo no Peru. Adultos, jovens, homens e mulheres formavam grupos que subiam de maneira alternada. Os homens vigiando e fazendo rondas, e as mulheres vigiando, cozinhando e cuidando das rondas. Ao descer até suas zonas, comunidades ou cidades, seu trabalho de guardiães continuava. Uma das organizações que aglutina e organiza o acionar das guardiães é a “Central de Rondas Femininas de Bambamarca”, criada há mais de 30 anos, depois da efervescente mobilização camponesa que conquistou a reforma agrária no país.

“Quando era forte a resistência, nós nos levantávamos às 3 da manhã, íamos às vilas para convocar para a marcha. Mais tarde, íamos buscar alimentos doados nos mercados e nas lojas solidárias. Quando estávamos nas marchas, fazíamos panelas comuns, e ninguém ficava sem ter o que comer.

Outras vezes, nos colocávamos na primeira fila das marchas, cantando nossas coplas, e enfrentávamos a repressão. Não nos importavam o cansaço nem as agressões, muitas vezes o grito de nossos maridos ou a incompreensão da família. Lutávamos pela água, que é a vida, por nossos filhos, e pelos filhos de nossos filhos”, contavam as companheiras rondas.

Meu território como corpo, meu corpo como território

Entre as novidades desse movimento, encontram-se as diferentes formas de conceber o território, e isso graças à ativa presença das mulheres na resistência. Uma das reflexões que surgiu dos espaços de diálogos entre mulheres, como os encontros feministas ou as escolas políticas camponesas, foi que “à terra, nossa mãe, violentam como violentam a nós. Querem explorá-la como fazem com a nossa força de trabalho, não a vêm nem a reconhecem, a invisibilizam como invisibilizam nossas contribuições e nossas palavras. É o mesmo padrão de poder que nos oprime. Para a cosmovisão capitalista e eurocêntrica, ambas somos natureza apropriável, explorável, controlável”. Por isso, a concepção de um território se equipara ao corpo das mulheres.

Nos mapeamentos sobre as problemáticas originadas pelo extrativismo, concluíamos que, em cada zona onde há algum projeto extrativo, os casos de violência contra as mulheres, que vão desde o tráfico de pessoas até a exploração trabalhista, eram maiores e se reforçavam. “O caminho dos minerais, como do petróleo, também é a rota do tráfico de mulheres”, concluía-se. Entre essas violências, também se encontram aquelas exercidas pelo Estado, como no caso da criminalização das líderes. Além disso, propagam-se programas sociais para assistir às famílias empobrecidas, pois a ausência dos homens, contratados pelas minas, gera uma grande carga de trabalho para as mulheres na condição de cuidadoras, condicionando sua participação política e social.

A partir da voz das mulheres indígenas e migrantes em cidades, vem-se recuperando a dimensão espiritual, o enfoque holístico e interconectado dos territórios. A natureza adquire outro significado, nos reconciliamos com ela e nos assumimos como parte dela. Mas não é uma natureza passiva nem opressiva, e sim soberana e livre, como são os povos e os corpos que a habitam. Corpos como os das mulheres com memória e identidade, interdependentes e profundamente autônomos, integrantes de um corpo comum que é o território. Essas características são pinceladas a partir do olhar das mulheres que conformam o horizonte multicolorido do Bem Viver. Tudo isso energiza o questionamento histórico do poder, levando muitas mulheres a se levantar, se organizar, a criar outros conhecimentos, outras éticas e práticas transformadoras. A defesa do território como corpo e a defesa do corpo como território representam uma grande brecha no sistema capitalista em sua nova fase de intensa expansão extrativista, assim como no patriarcado e na colonialidade – caras de um mesmo poder.

Alternativas: mulheres tecendo um Bem Viver

As rondas femininas em Bambamarca haviam sido debilitadas em sua organização, até que começou a resistência. Mulheres de diversas vilas e comunidades voltaram a se juntar e se reencontraram. Hoje, há mais organizações de mulheres e mais mulheres nas organizações mistas. Daí surgiram iniciativas de encontros com mulheres de outras regiões no país, como de Cusco, da comunidade de San José de Cañaris, do Vale do Tambo, Loreto, Piura, Pasco, entre outras. Todos esses são territórios onde o modelo econômico baseado na extração ilimitada dos bens comuns está gerando graves impactos ambientais, conflitos sociais, maior empobrecimento e violência contra as mulheres. Assim, em novembro de 2014, no marco da preparação social para a Cúpula dos Povos sobre Mudança Climática, que aconteceu em Lima, mais de 120 mulheres diversas dos territórios mencionados – camponesas, indígenas, assalariadas, estudantes, artistas, educadoras, ativistas – se encontraram para discutir seus problemas, reforçar os laços e as experiências de construção de alternativas de vida que existem. Porque elas existem, não temos que inventá-las.

Entre essas experiências de construção, várias rotas foram propostas. Frente ao extrativismo, a seus tecidos coloniais, patriarcais e capitalistas, outro modo de vida foi proposto, com igualdade, identidade, justiça social e ecológica, o que, por agora, elas chamam de “Bem Viver”. Frente à concentração de terras, à poluição, ao empobrecimento, à insegurança alimentar, ao abandono da agricultura, à dependência do petróleo e dos minerais, entre outros, propuseram a economia solidária, a soberania energética e alimentar, a diversificação produtiva com consulta prévia e o planejamento econômico popular, a repotencialização da agroecologia, assim como a defesa irrestrita dos bens comuns e dos direitos da mãe terra. Frente à perda de identidade e de princípios elementares para a convivência, como respeito, propuseram trabalho mancomunado, complementaridade e reciprocidade, recuperar e pôr em prática os saberes ancestrais, e respeitar os direitos humanos coletivos e individuais. Frente à violência contra os corpos das mulheres, propuseram uma vida digna e sem violência, viver o corpo como território soberano assim como o reconhecimento histórico do trabalho de cuidado, tanto do lar como dos ecossistemas, e o compartilhamento justo dessas tarefas entre homens e mulheres, entre Estado e sociedade.

Finalmente, concluiu-se que os fios que conformam o Bem Viver como alternativa provêm de todas as

experiências emancipatórias – as anteriores e as de hoje. Por isso, é importante resgatar nossa memória de luta e reforçar experiências de convivência democráticas comunitárias em qualquer espaço, como nas organizações e nos movimentos. Sem a solidariedade e a irmandade entre os povos e entre as mulheres, não há outro caminho possível.

Mar Daza, Programa de Democracia y Transformación Global (PDTG)
mar@democraciaglobal.org



Amazonas africanas lutam contra a destruição das florestas

Há algumas décadas, a gestão sustentável dos recursos naturais e a conservação da diversidade biológica se tornaram uma grande preocupação em todos os níveis. No continente africano, os perigos para as florestas aumentam descontroladamente com a penetração e a expansão das multinacionais, que contam com a cumplicidade dos governantes. No entanto, a isso se opõem a determinação e o empenho dos membros das comunidades e, principalmente das mulheres que, como as amazonas do Rei Béhanzin (no século XIX), cada vez mais se erguem para formar uma barreira e, mais do que isso, se opõem à destruição dos ecossistemas, principalmente das florestas.

Em várias comunidades africanas de Benin, Etiópia, Quênia, África do Sul, e em várias outras partes do continente, muitas mulheres se organizam e suas vozes se erguem para ser a voz de quem não a tem; elas desenvolvem alternativas para apresentar uma resistência feroz contra aqueles aterrorizando as florestas.

Depois de ser tratadas durante muito tempo como beneficiárias vulneráveis por todo tipo de projetos de "desenvolvimento", já não é necessário demonstrar sua liderança na proteção do que consideram como fonte da vida. Grandes movimentos populares são organizados e defendidos por essas amazonas africanas. Muitas mulheres, por meio de organizações como EO ECOLO e Mãe Jah, percorrem montes e vales e, como evangelizadoras, despertam consciências, ajudando as comunidades locais a montar guarda para deter o efeito destrutivo dos inimigos da floresta e do meio ambiente em geral.

Essas amazonas defendem cada vez mais o retorno aos valores endógenos, à tradição, para salvaguardar e perpetuar as florestas sagradas. Na verdade, essas florestas são um refúgio para muitas espécies de animais e plantas, e para muitas práticas religiosas e identidades culturais de povos e comunidades, que atribuem às divindades encontradas nas florestas um papel de proteção das próprias comunidades ou de seu território. Cerimônias de purificação, iniciação, entronização e outras são frequentes ali.

Para obter uma gestão sustentável das florestas, as amazonas tomaram uma série de medidas de luta e resistência que têm como centro a cultura e as crenças. Elas incentivam a prática do vodu e outros rituais em locais situados dentro de florestas, o que permite torná-las mais seguras e reduzir a voracidade de quem as destrói. As mulheres, sejam sacerdotas ou adeptas, dedicam-se com grande fervor a perpetuar os ritos e as tradições que preservam as florestas centenárias herdadas por elas.

Alguns cultos, como o ORO, no Benin, têm na floresta seu fundamento e seu meio de expressão. Os adeptos desse culto extremamente popular se mobilizam para deter as violações que impedem a sobrevivência das florestas. Além disso, cultos endógenos ou sociedades secretas, como zangbeto, kouvuito, hêviosso e muitos outros, são incentivados e valorizados pelas mulheres que, cada vez mais, estão na linha da frente. Para muitas mulheres africanas e suas comunidades, a saúde, a felicidade, a prosperidade, a procriação, a fertilidade e a chuva dependem das florestas sagradas. São numerosas as mulheres que voltam à tradição para interromper o ataque de predadores da floresta.

As amazonas agora percorrem emissoras de rádio e televisão locais para defender as florestas, defendem o uso de fontes alternativas de energia e se esforçam para dar o exemplo. Organizam a sociedade civil em torno de lutas para defender o meio ambiente e, para isso, propõem relatórios diferentes dos apresentados pelos governantes.

Em muitas aldeias e localidades, elas iniciam as mulheres no uso da poupança como ferramenta de transformação. Mecanismos como “biodireito” – um sistema de microcrédito – estão sendo muito solicitados por essas mulheres para a conversão das comunidades e a divulgação de sua mensagem. As amazonas africanas pressionam e defendem o respeito às leis, em favor das comunidades locais, fortalecem a capacidade das comunidades de defender seus conhecimentos endógenos, seus rituais e recursos sagrados, enquanto reforçam suas próprias capacidades graças à troca de experiências. Na medida do possível, acompanham as comunidades no reconhecimento legal de seus direitos, bem como na valorização da história de suas origens e seus conhecimentos tradicionais, o que reforça o apego das comunidades a seu patrimônio. Elas promovem a transferência dos conhecimentos endógenos entre gerações para perpetuar a tradição e preservar o legado de seus antepassados.

Fica claro que, em muitas comunidades africanas, o papel das mulheres nos ritos sagrados é muito importante. Graças a ele, ainda são preservadas hoje as florestas veneráveis que, ao contrário das florestas comuns, têm suportado a ira da atividade humana.

Fiacre NOUWADJRO e Apollinaire OUSSOU LIO,
African Biodiversity Network (ABN)



Salvaguardando os investimentos: sobre salvaguardas de REDD+, mulheres e povos indígenas

Salvaguardar é um termo cujo significado depende de quem usa e do contexto. Pode resultar em uma ação positiva em termos de direitos ou do meio ambiente, ou simplesmente em uma mera retórica para não perder investimentos e lucros. Hoje em dia, fala-se muito em todo o mundo sobre as salvaguardas para a implementação do chamado REDD+ ou “Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação ambiental, conservação, gestão florestal sustentável e aumento de reservas florestais de carbono” (1).

As salvaguardas têm origem na economia. Com o nascimento da Organização Mundial do Comércio,

em 1995, já se falava em salvaguardas comerciais. A ideia era proteger ou cuidar dos interesses nacionais frente aos problemas suscitados pelos intercâmbios comerciais. Contudo, gerou-se uma infinidade de controvérsias, declarando-se a totalidade das salvaguardas como ilegal. Isso demonstra que, quando os interesses mercantis são contrapostos a qualquer outro, os primeiros sempre vencem. Com esse antecedente, não poderíamos esperar outra coisa das salvaguardas, no caso do REDD+.

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial (BM) também estabeleceram suas próprias salvaguardas e padrões sociais e ambientais para seus projetos. No entanto, sabemos que, em lugar de proteger os povos ou a natureza, o que buscam é a proteção de seus projetos ou dos “ativos dos recursos naturais envolvidos na execução de um projeto” (1). Na verdade, o BM se encontra em um processo de revisão de suas políticas de salvaguardas e padrões, para pior, pois busca inclusive uma maior flexibilização dos “requisitos” ambientais e sociais para seus projetos. Isso tem graves consequências, pois o BM influi e orienta as normas de muitas instâncias públicas e privadas, internacionais e nacionais, com relação a políticas socioambientais. Esta revisão não é fortuita, e se dá no marco do novo cenário internacional da aplicação do mecanismo de REDD+.

As sete salvaguardas para o REDD+ apareceram nos documentos das negociações da ONU sobre o clima em 2010 (2): complementaridade e compatibilidade com os sistemas florestais nacionais e de conservação de florestas naturais, transparência e eficácia, participação, respeito ao conhecimento e respeito a povos indígenas, e outras duas “salvaguardas” claramente mercantis diante da reversão e do deslocamento das emissões.

As salvaguardas nos projetos de REDD+ aparecem como um mero requisito, quase em forma de checklist – não para respeitar os direitos das populações locais, mas sim como uma maneira de tentar que, com um investimento mínimo, possam ser evitados conflitos sociais, enquanto se garante que o mercado de carbono funcione. As salvaguardas estariam, na verdade, buscando a efetiva implementação do REDD+, minimizando – sem evitar – os riscos socioambientais inerentes às atividades de REDD (3).

Como em todo processo dessa natureza, para avaliar as salvaguardas em nível nacional, o programa de REDD+ da ONU (ONU-REDD) abriu falsos processos para a participação dos diferentes atores envolvidos e de consultas para chegar a um “consenso” sobre quais deveriam ser as salvaguardas para o sucesso do REDD+ (4). E, como se fosse pouco, além das salvaguardas, existe uma série de ferramentas, “diretrizes”, “princípios”, sistemas de “participação”, “atribuição justa de valores” e outros, que, com seus próprios jargões, encobrem meros interesses mercantis.

A inclusão dos povos indígenas nessas salvaguardas é evidente porque eles são os proprietários da maior parte das últimas florestas naturais que ainda existem no mundo. Não tardaram em incluir às mulheres como componentes dos programas nacionais de REDD+. Essa decisão faz parte do apaziguamento social diante dos crescentes conflitos e da rejeição – sobretudo por parte das mulheres das comunidades – aos projetos e políticas públicas de corte extrativista e de outra índole. Para dourar a pílula do desenvolvimento, povos indígenas e mulheres foram incorporados como “componentes” de qualquer projeto de investimento, incluindo o REDD+.

Nenhuma “salvaguarda” libertará as mulheres

Como parte do processo ONU-REDD, o conceito de igualdade de gênero foi integrado para tornar o “REDD+ mais eficiente, efetivo e sustentável” (5). Sobre isso, já surgiram várias críticas, como a apontada pela Aliança Global de Povos Indígenas e comunidades locais sobre mudança climática e frente ao REDD+, que diz que “está claro que o REDD+ constitui uma nova forma de violência contra as mulheres, porque limita ou proíbe o acesso delas à terra onde cultivam, colhem alimentos ou obtêm água para suas famílias” (6), atividades que estão 90% nas mãos das mulheres nas comunidades rurais do mundo. Além disso, as mulheres possuem menos, herdaram menos e, em general, têm menos acesso aos bens da comunidade.

Também se deve acrescentar que, sob mecanismos de pagamento por serviços ambientais – como os créditos de carbono negociados através do REDD+ – são os homens das comunidades que costumam receber os benefícios através dos convênios assinados com as associações ou diretorias das organizações – em sua maior parte, homens. E, em caso de as mulheres receberem o dinheiro, em sua maioria através da entrega de incentivos para instalar plantações florestais, pode aumentar a violência doméstica, já que os homens buscam ter acesso a esses recursos. Pior do que isso, recai sobre elas a tarefa de evitar o corte de florestas (7), quando elas não são as responsáveis pelo problema. Dessa maneira, as mulheres entram no contingente de “mão de obra” barata em nível global que vigia a mercadoria (carbono, água, biodiversidade ou qualquer serviço ambiental criado) com a qual o capital possa lucrar. Elas têm que se deslocar por horas para receber o pagamento e devem ser não apenas guardas de suas florestas, mas também policiais de suas próprias comunidades, e se converteram em sujeitos-trabalhadoras exploradas (8) com uma remuneração mínima.

Em um cenário de crise econômica como a que estamos vivendo devido à sobreprodução e sobreacumulação, resultando em empobrecimento, endividamento, desemprego, etc., e de crise ambiental, com graves efeitos como a mudança climática, o desmatamento, a perda da biodiversidade, a poluição, etc. – sempre agudizam as desigualdades, afetando principalmente as mulheres e os povos indígenas. Na verdade, isso é redundante, já que, no capitalismo – e nas crises que ele desencadeia – os mais frágeis são evidentemente os mais vulneráveis. Aqui se aplica a tese da dupla exposição. As mulheres se expõem à exploração do capitalismo e em seguida à opressão das crises geradas por ele próprio.

De acordo com a feminista Silvia Federici (9), a ONU conseguiu redefinir a agenda feminista. A tentativa de incorporar o componente de gênero a instrumentos como o REDD+ é um exemplo disso, mas pode resultar em uma armadilha, na prática. Segundo a autora, as mulheres, ao receber remuneração por seu trabalho, em realidade não estão conquistando autonomia nem liberdade. Não se trata de dizer não aos subsídios diferenciados para as mulheres, mas o capitalismo desvaloriza o trabalho de cuidado – e as mulheres cuidam de suas famílias, da propriedade rural, da floresta – e isso significa que se desvalorizam as vidas das mulheres para continuar desvalorizando os trabalhadores. Com o REDD+, o capitalismo está extraindo o trabalho de milhões de mulheres indígenas, é como uma mercantilização das emoções e das necessidades particulares das mulheres. É por isso que nenhuma “salvaguarda” poderá libertá-las.

Esta última tese é fundamental para entender por que devemos nos opor aos serviços ambientais e seus mercados. Uma mulher, ou uma comunidade, que recebe um subsídio por cuidar da floresta através do REDD+ está indiretamente permitindo que o capitalismo se reproduza e se fortaleça pela exploração dos trabalhadores que produzem mercadorias, extraem petróleo, trabalham em minas, etc. Com o pagamento desse subsídio, os Estados, os bancos, as empresas estão adquirindo direitos de seguir sobreproduzindo e sobreacumulando através da exploração dos trabalhadores e da natureza.

É um assunto fundamental que não está sendo levado em conta no debate sobre o REDD+, mas que é fundamental em uma agenda de defesa dos direitos das mulheres, de mudança climática, de florestas e de serviços ambientais.

Ivonne Yanez, Ação Ecológica, Equador
Email: ivonne@accionecologica.org

POVOS EM AÇÃO



Dia Internacional da Mulher: Até que todas sejamos livres!

Neste 8 de março, Dia Internacional da Mulher, começa a 4ª Ação Internacional da Marcha Mundial das Mulheres (MMM), que é realizada a cada cinco anos e na qual organizações feministas dos diversos continentes apresentam suas principais pautas de luta e reivindicação. A ação tem caráter descentralizado, e as atividades, manifestações, atos de rua, oficinas, processos de formação, entre outras maneiras de se juntar à proposta, vão se estender até 17 de outubro. Veja o Chamado à Ação (em espanhol) e um programa da Rádio Mundo Real, com uma entrevista com Tica Moreno, integrante da organização brasileira Sempreviva Organização Feminista, membro da MMM, em: <http://www.radiomundoreal.fm/8155-hasta-que-todas-seamos-libres>

Mulheres em Luta por Soberania Alimentar e contra a violência e o agronegócio!



A rede internacional de camponeses e camponesas Via Campesina chama a articular ações conjuntas, no Dia Internacional da Mulher, que permitam tornar visível o papel fundamental das mulheres agricultoras em garantir a Soberania Alimentar. Nesta jornada de lutas, denuncia-se a violência exercida especificamente contra as mulheres, pois o modelo do agronegócio, do patriarcado e do capital no campo intensificaram as desigualdades sociais e de gênero. Nesse contexto, a Soberania Alimentar é fundamental não só para enfrentar a crise alimentar, mas como princípio ético da vida, que se baseia na justiça social e na igualdade.

Ver artigos relacionados, informações e outras ferramentas da Via Campesina: <http://tv.viacampesina.org/8-de-Marzo-Jornada-Internacional?lang=es>



Uma avó enfrentando empresas de mineração e a exploração de madeira nas Ilhas Salomão

Quando mineradoras e madeireiras chegam a aldeias pedindo direitos sobre seus recursos, de que forma as comunidades podem tomar uma decisão informada, sem realmente entender todos os impactos dessas atividades? Moira Dasipio, 55 anos, vive e trabalha na província de Isabel, nas Ilhas Salomão, e está determinada a oferecer mais informações sobre grandes projetos às populações locais. É fundamental fornecer informações claras sobre os verdadeiros efeitos das plantações ou da exploração de madeira, pois a economia do país é baseada principalmente na produção industrial de toras, atum, ouro e azeite de dendê. No entanto, Dasipio tem um longo caminho pela frente. “Estamos lutando [por] nós mesmas, pelas minhas mulheres e por todas as pessoas. Estamos todos trabalhando juntos para um futuro melhor.” Veja o artigo completo (em inglês) aqui:

<http://www.takepart.com/article/2014/12/31/mining-logging-solomon-islands>



A história de Máxima, uma camponesa que enfrenta uma poderosa mina no Peru

Apesar de Máxima Acuña, uma camponesa do norte andino do Peru, mãe de quatro filhos e que nunca aprendeu a ler e escrever, ter vencido uma ação contra a mineradora que produz mais ouro na América do Sul – a Yanacocha – a empresa continua com atos de intimidação violenta. Só em 2015, Máxima foi ameaçada pelo menos duas vezes, com a entrada, em sua propriedade, da polícia e de agentes da empresa Securitas, que fornece segurança privada à Yanacocha. Em 12 de fevereiro, realizou-se o Dia Mundial de

solidariedade a Máxima. Veja a história completa, em espanhol, em: <http://servindi.org/actualidad/122765>



Femicídio e impunidade: uma crise humanitária na América Central e um problema cada vez maior em todo o mundo

El Salvador tem a maior taxa de feminicídio do mundo, Guatemala, a terceira, e Honduras, a sétima. Na Guatemala e em Honduras, apenas 2% dos casos de mulheres assassinadas foram investigados em 2013. E, em El Salvador, só em 2014, entre janeiro e outubro, mais de 300 mulheres entre 12 e 18 anos foram encontradas em valas comuns não identificadas. As vítimas de feminicídio muitas vezes apresentam sinais de tortura, estupro ou mutilação mamária e genital, e partes do corpo desmembradas. Nesse contexto violento, o movimento camponês internacional Via Campesina está liderando uma Campanha Global para Acabar com Todas as Formas de Violência contra as Mulheres, que visa elevar a consciência pública sobre as causas fundamentais e todos os tipos de manifestações de violência contra a mulher, e para exigir o fim da impunidade. Veja o artigo completo (em inglês) aqui:

<http://viacampesina.org/en/index.php/main-issues-mainmenu-27/women-mainmenu-39/1715-femicide-and-impunity-a-humanitarian-crisis-in-central-america-and-a-growing-problem-worldwide>



Em Defesa da Vida na Amazônia, da Humanidade e do Planeta

Lideranças dos povos indígenas da Amazônia brasileira, participantes do Fórum Social Mundial da Biodiversidade, realizado em Manaus, Brasil, em janeiro de 2015, declarou seu repúdio por as inúmeras ações desenvolvidas pelo Estado Brasileiro em violação à Constituição Nacional e a outros instrumentos legais internacionais. A construção de grandes hidrelétricas na Amazônia sem consultar com as comunidades afetadas, as evidentes preferências para o agronegócio, os grupos interessados na exploração mineral que buscam aprovar o Projeto de Lei que abre as terras indígenas para essa atividade ou a militarização da Amazônia, são algumas das razões que ameaçam o meio ambiente, a cultura e a vida dos povos indígenas, inclusive daqueles que não tem contato com a sociedade envolvente. Veja a declaração em português em: <http://www.vozesdaamazonia.com.br/2015/02/em-defesa-da-vida-na-amazonia-da.html>

RECOMENDADOS



As mulheres falam: histórias da linha de frente sobre justiça climática

Em 8 de dezembro de 2014, um grupo de extraordinárias líderes se reuniu em Lima, no Peru, durante as negociações climáticas da ONU, para se pronunciar contra questões de injustiça social e ecológica e para compartilhar histórias e planos de ação visando construir um mundo habitável e igualitário. Mulheres indígenas de diferentes lugares compartilharam suas experiências e suas lutas. Como disse Patricia Gualinga, líder indígena quéchua de Sarayaku, Equador: “A destruição da natureza é a destruição de nossa própria energia e de nossa própria existência aqui na Terra. A destruição de nossos espaços é a destruição das populações indígenas. E ainda que você não acredite, também é a sua destruição”. Veja o artigo completo e um vídeo do evento, no programa de TV Democracy Now!, aqui: <https://wecaninternational.wordpress.com/2014/12/30/stories-solutions-from-the-frontlines-climate-women-unite-at-wecan-event-in-lima/>



Vozes ouvidas no segundo congresso da Associação Nacional de Mulheres Rurais e Indígenas do Chile (ANAMURI)

A Rádio Mundo Real preparou um programa especial sobre o cuidado com a Natureza, destacando as vozes das mulheres de diversas organizações da América Latina que participaram do congresso da ANAMURI. Ouça o programa completo (em espanhol) aqui: <http://radiomundoreal.fm/8114-la-tierra-es-madre>

As lutas pelo território e a boa vida na Colômbia: Mulheres Negras em Resistência

Um artigo de Charo Rojas, Marilyn Machado, Patricia Botero e Arturo Escobar relata os processos cumulativos que vêm violando os direitos das populações afrodescendentes e que destroem seus territórios. Esses processos, dizem eles, são de tal porte que



podem ser caracterizados como crimes de lesa-humanidade, ecocídio e etnocídio. A defesa dos territórios ancestrais contrasta com a noção capitalista, neocolonial, unidimensional e eurocêntrica de propriedade individual da terra como meio econômico da produção e exploração. Contra isso, as mulheres têm sido fundamentais para a resistência. O sangue de muitas se encontra na terra que elas defenderam para deixar uma esperança de vida digna a seus descendentes. Leia o artigo completo (em espanhol) em: <http://censat.org/es/analisis/luchas-por-el-territorio-y-el-buen-vivir-en-colombia-las-mujeres-negras-en-resistencia>



Filme da Rádio Mundo Real: "Financeirização da Natureza"

O filme da Rádio Mundo Real sobre a financeirização da Natureza foi realizado em colaboração com Alianza Biodiversidad, Amigos da Terra América Latina e Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais. O vídeo tenta explicar o que é a financeirização da natureza, quais são seus mecanismos, sua expressão nos territórios, seus impactos e a resistência que ela gera. O vídeo está disponível em inglês: <https://vimeo.com/117966465> e em espanhol: <https://vimeo.com/117971293>



[Facebook do WRM](#)



[Twitter do WRM](#)



[Website do WRM](#)

Assine o Boletim mensal do WRM

Boletim mensal do Movimento Mundial pelas Florestas (WRM)

Este boletim também está disponível em Inglês, Espanhol e Francês

Editor en jefe: Winfridus Overbeek

Redactora responsable: Joanna Cabello

Apoyo editorial: Elizabeth Diaz, Jutta Kill, Flavio Pazos, Teresa Perez, Jutta Kill

Secretaria Internacional del WRM

Maldonado 1858 - 11200 Montevideo - Uruguay
tel/fax: 598 2413 2989

wrm@wrm.org.uy - <http://www.wrm.org.uy>

